

BRB-MASTER

Articulações políticas aquecem a CLDF

Ibaneis reafirma que sairá do cargo em 28 de março para concorrer ao Senado. Mesmo com algumas baixas entre os governistas, ele deve deixar o GDF com 14 deputados na base aliada, o suficiente para Celina governar até o fim do ano

» MILA FERREIRA

Apesar do desembarque de três deputados da base aliada do governador Ibaneis Rocha (MDB) na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o chefe do Executivo deve deixar o cargo com uma base governista forte na Casa. Ao **Correio**, Ibaneis confirmou, ontem, que vai se desincompatibilizar em 28 de março para concorrer a uma vaga no Senado Federal.

No lugar dele, assume a vice-governadora Celina Leão (PP), que deve concorrer ao Buriti nas eleições deste ano. Se nenhum parlamentar desembarcar da base governista até o dia 28, Ibaneis deixará uma bancada com 14 deputados distritais na Câmara, o suficiente para aprovar pautas importantes, como o Projeto de Lei nº 2.175/2026, que prevê medidas de socorro financeiro ao Banco de Brasília (BRB).

A proposta foi aprovada em 3 de março na Casa, por 14 votos a 10, e sancionada pelo governador na terça-feira, com três vetos a dispositivos incluídos pelos deputados, mas já está em vigor, etapa considerada fundamental para a recuperação do banco estatal.

Com a sanção, o BRB pode utilizar os nove imóveis públicos previstos no PL como garantia em operações financeiras, permitindo a capitalização da instituição e a obtenção de empréstimos que podem chegar a R\$ 6,6 bilhões, inclusive junto ao Fundo Garantidor de Crédito ou outras instituições.

Esse e outros assuntos devem intensificar os debates na Câmara Legislativa em ano eleitoral, uma vez que os parlamentares ainda analisarão os vetos de Ibaneis, mas como ex-deputada distrital e ex-presidente da Casa, Celina tem bom trânsito entre os parlamentares, boa relação com o presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB), e com o Partido Liberal (PL), que conta com quatro integrantes na CLDF.

Oposição reage

Ontem, PSol e Rede protocolaram mais um pedido de impeachment contra o governador, tendo como base as denúncias de que o escritório Ibaneis Advogados Associados firmou contrato com a empresa Reag, supostamente usada como laranja pelo Banco Master no esquema de desvio de recursos que trouxe prejuízos ao Banco de Brasília (BRB). Esse foi o nono pedido de impeachment protocolado em 2026.

Outro pedido de impeachment apresentado neste ano pelo PSol foi arquivado, mas os parlamentares autores da nova denúncia alegam que, agora, a situação ficou mais séria. “Existem muitos elementos novos, especialmente com relação à probidade administrativa. Estamos falando de um negócio privado ligado ao governador que tem relação direta com esse escândalo e que pode ter interferido nas decisões do BRB, uma vez que o GDF é o acionista controlador”, disse o deputado Fábio Felix (PSol), referindo-se ao contrato do escritório Ibaneis Advogados, no valor de R\$ 38 milhões, para a venda de honorários de precatórios a um fundo ligado à Reag. “A negociação do escritório de Ibaneis com a Reag aconteceu em maio de 2024, quando o BRB já fazia negócios com o Master”, lembrou o distrital.

“A cada dia, a gente se depara com um fato novo sobre esse caso do BRB e do Master e, cada vez, são acusações mais pesadas. Precisamos que providências sejam tomadas”, acrescentou a porta-voz da Rede, Bruna Paola. No pedido, foram denunciados crimes contra a probidade na administração; contra as leis orçamentárias; e contra a guarda e o legal emprego de dinheiro público.

“Esperamos que a Procuradoria da CLDF leve em consideração os fatos novos e a pressão popular sobre o caso. Estamos falando do escritório do governador”, afirmou o deputado Max Maciel (PSol). “Ele é associado do escritório. Se ele estiver afastado, mais recebeu a bonificação do escritório, essa negociata também foi para ele. Isso é muito sério”, completou.

Carlos Gandra/CLDF



Ex-deputada distrital e ex-presidente da Casa, Celina tem bom trânsito entre os parlamentares e boa relação com o presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



PSol e Rede protocolaram mais um pedido de impeachment do governador, ontem, na CLDF. Foi o nono de 2026

Anteriormente, sete pedidos de impeachment tinham sido arquivados pelo presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz (MDB), em atendimento a pareceres expedidos pela Procuradoria-Geral da CLDF. Seis deles foram arquivados por não cumprirem requisitos legais e formais necessários e um, apócrifo, foi arquivado por decurso de prazo. Assim, dois pedidos ainda devem ser analisados: o apresentado pela deputada Paula Belmonte (PSDB) e o protocolado ontem.

Não há prazo para a conclusão dos pareceres dos pedidos de impeachment na Procuradoria da CLDF, mas, considerando que os últimos pareceres foram concluídos cerca de 30 dias após o protocolo, a conclusão dos pareceres restantes devem sair, no máximo, até o início de abril.

O presidente da Câmara tem a prerrogativa de acatar ou não os pareceres da Procuradoria com relação aos pedidos de impeachment. Nos seis pedidos arquivados por Wellington Luiz, ele acatou pareceres pelo arquivamento sumário alegando

que confia no trabalho dos procuradores da Casa. “Temos uma Procuradoria extremamente preparada, com procuradores de carreira. Alguns, inclusive, já foram juízes. Não interfiro no trabalho deles. Quando a Procuradoria entende que os pedidos de impeachment não atendem aos requisitos básicos, só me resta acolher o parecer”, declarou o deputado.

“Sem futuro”

Ao **Correio**, Ibaneis Rocha criticou a atitude dos partidos de oposição. “Será mais um pedido de impeachment sem futuro. Não tem embasamento fático nem jurídico. Só politicagem baixa”, afirmou. Advogado do governador, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, reforçou que trata-se de “uma questão 100% política”. “Não tem nada de jurídico”, declarou.

A defesa de Ibaneis esclareceu que ele está afastado do escritório de advocacia desde 2018, de modo que não possui informações sobre negociações realizadas

quase seis anos após o afastamento dele. “Esclarece-se, ainda, que o governador nunca participou de quaisquer negociações com Marcos Ferreira Costa, tampouco com outros representantes dessa empresa (Reag). Todas as informações que detém sobre o grupo foram adquiridas a partir de matérias de jornais, já no presente ano”, disse a defesa, em nota.

O governador garantiu, ontem, que deixará o Governo do Distrito Federal (GDF) em 28 de março para concorrer a uma vaga no Senado Federal, mesmo que a renúncia custe o foro privilegiado garantido pelo cargo. Com isso, os pedidos de impeachment perdem o mérito, porque ele mesmo terá renunciado ao mandato.

“Se isso acontecer, vamos buscar outros órgãos de fiscalização e controle para tratar do papel que o governador cumpriu. O inquérito está no Supremo Tribunal Federal. Então, quem tem que investigar é a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Vamos continuar batalhando”, ressaltou o deputado Fábio Félix.

Desembarque

O deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PRD) anunciou, nesta semana, a saída da base aliada do governo na Câmara. Foi o terceiro parlamentar a desembarcar da base de Ibaneis em meio à crise que envolve o BRB e o Banco Master. “Seguirei em frente, lutando pelas ideias que acredito e defendo. Meu compromisso inabalável é com a população do Distrito Federal”, afirmou o parlamentar. “Ao rei, tudo. Menos a honra”, completou com a frase do escritor espanhol Pedro Calderón.

Rogério lembrou as exonerações feitas por Ibaneis após o parlamentar votar contra o projeto de lei que prevê socorro ao BRB. “Entendo que nomear e exonerar cargos do Poder Executivo é competência privativa do governador. O que não pode ocorrer, contudo, é retaliar a população de duas regiões administrativas: São Sebastião e Jardim Botânico”, destacou, lembrando que o administrador de São Sebastião, Roberto Medeiros Santos, indicação dele, foi exonerado.

Os deputados Thiago Manzoni (PL) e João Cardoso (PL) já tinham anunciado a saída da base governista após votarem contra o projeto de socorro ao BRB. Ibaneis também exonerou indicados dos dois parlamentares a cargos públicos no GDF após os votos contrários. Com a saída oficial de Rogério Morro da Cruz, o grupo de deputados que fazem oposição ao governo Ibaneis ou se classificam como independentes conta agora com 10 parlamentares.

Também nesta semana, João Cardoso também anunciou a saída do Avante e a filiação ao PL. Apesar de negar oficialmente a saída da base governista na CLDF, o PL divulgou, nesta terça-feira, a intenção de protocolar um pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as operações que ligam o BRB ao Banco Master e causaram prejuízo ao BRB. Até o momento, o pedido tem quatro assinaturas: Thiago Manzoni (PL), João Cardoso (PL), Rogério Morro da Cruz (PRD) e Roosevelt Vilela (PL). Apesar de Roosevelt ter votado favoravelmente ao projeto de socorro ao banco estatal, o partido informou que o parlamentar assinou o pedido de CPI.

O deputado Joaquim Roriz Neto (PL) não confirmou se assinará o pedido de CPI articulado pelo seu partido. Assim como o distrital, desde 3 de março, quando foi aprovado o socorro ao BRB, outros parlamentares da base aliada não têm comparecido às sessões no plenário da CLDF e têm evitado se pronunciar sobre a crise.